

DO DOM À PARTILHA

da troca tradicional á economia solidária

Carlos Rodrigues Brandão



***Este escrito foi originalmente
um capítulo de livro
ou um artigo publicado ou utilizado
para aulas e palestras.
Nesta versão “nas nuvens”
ele pode ser livre
e gratuitamente acessado
para ser lido ou utilizado
de alguma outra maneira.
Livros e outros escritos meus
podem de igual maneira
ser acessados livremente em
www.apartilhadavida.com.br
ou em
www.sitiodarosadosventos.com.br
LIVRO LIVRE***

Mais importante do que discutir aqui as diferenças e as convergências destes e de outros pontos de vista, talvez seja o partirmos delas e das interações entre elas em busca de alguns esboços de respostas ás perguntas com que começamos estas reflexões. E, então, estaremos às voltas com outras diferenças a respeito do que acontece agora com os seres humanos.

Estaremos vivendo a continuidade de processo aparentemente irreversível, multifacetado e globalizante de instrumentalização e colonização utilitária do ser e do viver, do pensar e do agir. Do existir e do correr (num duplo sentido da palavra) da vida de pessoas exiladas cada vez mais da condição de sujeitos de suas existências e de seus mundos sociais, para a de objetos de círculos múltiplos de interesse e de poder bastante típicos do que podemos resumir aqui como “o mundo dos negócios”? Estaríamos respondendo a esta era de “final da história” e de “fim do sujeito”, de submissão de grupos humanos, povos

e nações à hegemonia do capital flexível, de insegurança, volatilidade, e medo, com o recurso à fuga um individualismo incoerente e ineficaz? Estaremos a Ada dia mais e mais obrigados a uma adesão – voluntária ou não – aos padrões de competência competitiva do mercado de serviços, de bens e de significados? Estaremos partilhando, de um modo ou de outro, uma perda progressiva de nossas identidades, do sentido do ser de nossa própria pessoa, da vocação de nos sentirmos co-autores de nosso próprio destino? Mesmo contra a nossa vontade, estaremos nos colocando, ou sendo por outros (quem?) colocados, tanto no *mundo dos negócios* quanto no *mundo da vida*, como seres que “valem” uns para os outros, uns contra os outros, bem mais pelo que produzem e consomem do que pelo que são e sonham? Estaremos sendo condicionados a aprender-e-ensinar uns aos outros, contra-valores a uma vocação genética ao amor e a uma vocação cultural à reciprocidade e ao dom, submetendo o primeiro pelo poder e os segundos, pelo desejo do ganho, e pela posse utilitária do outro enquanto instrumento de nossos interesses? Estaremos nos “dando” aos nossos outros através do que produzimos, possuímos e podemos e, não, como as pessoas que somos, reservando momentos e gestos de gratuidade interativa para apenas o círculo de alguns poucos parceiros de nossas reservas de afeto? Hannah Arendt volta ao passado e lembra Marx ao falar sobre esta virada perversa.

Contudo, no mercado de trocas os homens não entram em contato uns com os outros fundamentalmente como pessoas, mas como fabricantes de produtos, e o que nele se exibem não são suas individualidades, nem mesmo suas aptidões e qualidades, como na “produção conspícua” da Idade Média, mas seus produtos. Se o fabricante vai à praça pública, não é por desejar contato com pessoas, mas com produtos; e o poder que mantém coeso e existente esse mercado não é a potencialidade que surge entre as pessoas quando estas se unem na ação e no discurso; é a soma dos “poderes de troca” (Adam Smith) que cada um desenvolveu em seu isolamento. Foi essa ausência de relacionamento humano e essa preocupação fundamental com mercadorias permutáveis que Marx denunciou como a desumanização e auto-alienação da sociedade comercial que, de fato, exclui os homens enquanto homens, e numa surpreendente inversão da antiga relação entre público e privado, exige que eles se revelem somente no convívio familiar ou na intimidade dos amigos¹.

¹. Hannah Arendt, **A condição humana**, página 222.

Ao olhar de alguns, poucas, bem poucas seriam as esperanças em um renascimento do humano, associado a um reverdecimento de um mundo natural exaurido e degradado. O “caminho de volta”, ou o caminho à frente” não existiria mais, pelo simples fato de que o fomos destruindo na medida em que íamos avançando. Avançando em direção ao quê? Avançando rumo a um progressivo domínio da lógica do mercado e da ética dos negócios. Um mundo em que o lucro e a posse de maneira irreversível suprimiriam a troca e o dom, e onde a palavras e os gestos a que lhes emprestam os nomes e a substância - reciprocidade, solidariedade, amorosidade, cooperação, troca, dádiva, harmonia, igualdade e paz – tendem a tornar-se figuras de retórica na falas dos últimos místicos, poetas e iludidos. Um jogo de metáforas antigas ainda partilhadas por alguns poucos aqui e ali. Mulheres e homens que por mais um dia ainda falam de um “outro mundo possível”, antes de se entregarem às imagens e poderes de um mundo em que pessoas valem como coisas e coisas como pessoas. E onde o medo-do-outro, torna a cada dia mais perigosa a nossa vocação ancestral de sair-de-si em busca de realizar-se no único ser que à nossa espera, nos pode salvar, ao salvar-se através de nos: o *outro*.

Existe ainda uma história? Existimos ainda nós, pessoas, sujeitos, homens e mulheres humanos? Existe ainda um caminho? Se ele existe, antes de buscá-lo em alguma espaçonave de "Ets" salvadores, ou em alguma vindoura conjunção astrológica de astros, devemos procurar por ele aqui onde estamos agora, entre os nossos gestos de partilha à espera do olhar de um outro.

Esta inversão humana do em-si e do para-si, do “cada um por si”, em um eu ético, em prioridade do para-outro, esta substituição ao para-si da obstinação ontológica de um eu doravante decerto único por sua eleição a uma responsabilidade pelo outro homem – irrecusável e insensível – esta reviravolta radical produzir-se-ia no que eu chamo encontro com o rosto de outrem. Por trás da postura que ele toma – ou que suporta – em seu aparecer, ele me chama e me ordena do fundo de sua nudez sem defesa, de sua miséria, de sua mortalidade. É na relação pessoal, do eu ao outro, que o “acontecimento ético, caridade e misericórdia, generosidade e obediência, conduz ou eleva acima do ser².

². Emmanuel Lévinas, *Entre nós*, página 269.

Da teoria sobre o dom para uma proposta de economia do dom

Na realidade de nossos dias existem não apenas uma, mas diversas e convergentes alternativas de vida e de relações econômicas de trocas de bens, de serviços e de sentidos. Elas recebem diferentes nomes e tocam, cada uma, um ponto substantivo de ênfase. No entanto, são todas elas faces de uma mesma proposta. A de uma economia centrada no valor “ser” *versus* ao uma economia centrada no valor “ter”, sobretudo no sentido de possuir, de acumular, de desejar sempre “ter mais”, em uma relação de competição e concorrência com os outros e, ao invés de “ser mais”, em uma interação de cooperação e comunhão com os outros e com o mundo natural. A de um sistema de trocas e intercâmbios recíprocos regidos pela solidariedade, centrada no primado do dom e do humano, *versus* um sistema de produção e comercialização competitivo e centrado no primado da posse e do lucro e centrado no capital. A de ações de produção, beneficiamento, circulação e consumo dos bens da natureza transformados pela ação humana, centradas na autogestão *versus* uma economia centrada no poder de poucas mãos e gerenciada através da oposição entre o pólo do trabalho e o pólo do capital.

Se formos a algum livro com verbetes sobre tais formas alternativas e humanizadoras da economia, como o *A outra economia* ou o *Dictionnaire de l'autre économie*³, encontraremos palavras e conceitos como: *economia da dádiva* (que aqui estou chamando *economia do dom*), *economia do trabalho*, *economia moral*, *economia popular*, *economia social*, *economia solidária*⁴.

No livro *A outra economia*, Noelle Lechat e Valmor Shiochet estabelecem esta compreensão do que deveriam ser os princípios fundadores de uma *economia da dádiva*, ou *economia do dom*.

A economia da dádiva é regida por três obrigações que se realizam em momentos distintos: dar, receber, retribuir. Ela implica e existência de uma economia não mercantil, onde não há fixação de preços nem pagamento em dinheiro. Tampouco se trata de trocas imediatas de objetos ou serviços considerados pelas partes como equivalentes. A dádiva é, ao mesmo tempo,

³. O primeiro livro foi editado pela VERAZ Editores e coordenado por Antônio David Cattani; o segundo foi organizado por Jean-Louis Laville e pelo mesmo Eduardo David Cattani, e é uma oportuna edição de bolso da Editora Gallimard, de Paris.

⁴. No livro *A outra economia* Marcos Arruda responde pelos verbetes: *socioeconomia solidária e trabalho emancipado*.

*obrigatória e espontânea, gratuita e interessada, incondicional e condicional. A dádiva é uma aposta, uma “abertura para a incerteza quanto ao retorno que constitui a generosidade e a dádiva originais*⁵.

A proposta de uma *economia da dádiva* pode parecer utópica ou mesmo absurda. Tal como ela é apresentada em alguns documentos do grupo que, herdeiro de Marcel Mauss tomou o seu nome para ser a sua sigla: MAUSS, pode mesmo sugerir um retorno a situações e sociedades do passado inviáveis no “mundo de hoje”. No entanto, tal como no caso de outras economias autogestionárias e alternativas diante da economia capitalista de mercado, como a *socioeconomia solidária* que nos espera páginas adiante, a *economia do dom* propõe, antes de mais nada, uma outra ética e uma outra sensibilidade nas nossas relações entre pessoas, grupos e povos, assim como uma outra maneira de sentir, pensar e agir diante da possibilidade de possuir, consumir e competir, os três verbos que movem a lógica e a sensibilidade do “mercado”. E, para além de nossas relações entre-nós através das coisas, dos objetos que são produzidos, postos em circulação e ofertados – com um imenso e poderoso incentivo de toda uma propaganda dirigida a tornar o consumismo quase a maior virtude do ser humano na atualidade – a lógica do dom nos desafia a uma outra atitude para com a vida e a natureza do planeta Terra, por agora a única morada em que nos é dado viver.

Alguns dos princípios implícitos tanto na *economia do dom* quanto em outras iniciativas de re-humanização de nós-mesmos e de recriação de outras formas de sermos, de pensarmos, de sentirmos, de compartilharmos e de agirmos entre nós e para com o mundo natural, como a proposta de simplicidade voluntária nos desafiam a imaginar que podemos viver uma vida muito mais fecunda e feliz; que podemos sentir e pensar de uma forma muito mais generosa; podemos romper com as cadeias da lógica do mercado – o mundo egoísta e auto-centrado do competente-competitivo – e podemos semear as raízes e criar as redes vivas de uma *lógica da vida* – o mundo do altruísta consciente-cooperativo.

Uma idéia central para se compreender e compartilhar uma vida de trocas centradas na reciprocidade e no dom, opostos do individualismo e da posse, poderia ser concentrada numa palavra pequena e simples: fluir. Sim, nada mais e

⁵ **A outra economia**, página 85. Os grifos são dos autores. A parte entre aspas é uma passagem de Allain Caillé, um dos mentores de um grupo ativador da *economia do dom*, com o sugestivo nome de MAUSS. Um autor já mencionado em uma nota acima. De outra parte, tanto os autores do verbete quanto outros teóricos e praticantes de alguma alternativa de economia alternativa lembram o livro de Hugo Assmann e Jung Mo Sung, *Competência e sensibilidade solidária – educar para a esperança*.

nem nada menos do que esta palavra-imagem: fluir. Podemos pensá-la aqui em oposição a uma outra palavra que, talvez, seja ainda mais corriqueira entre nós: descartar. Sabemos que uma das críticas mais agudas a toda a forma que em nosso tempo assume a economia de mercado, está em sua vocação de descartabilidade. De copos e sacos de plásticos a aparelhos celulares e micro-computadores, tudo que é produzido, existe à venda, corresponde a desejos de consumo e pode ser comprado, já nos chega condenado a ser rapidamente consumido e brevemente descartável. Por isso somos a sociedade que colocou em escala perigosamente geométrica a nossa capacidade de produzir lixo. De acumular bens vividos através do desejo da posse (ele mesmo alçado a uma das maiores virtudes das pessoas-incluídas-no-mercado) e, depressa, descarta-los em nome de novas marcas, de “produtos” de última moda, de novos e também efêmeros objetos que nos valem porque os temos, mesmo que o seu uso seja limitado e bastante aquém de sua propaganda. Eis porque propagandas que vão da cerveja que se toma ao automóvel que se dirige, são cada vez mais associados a tipos de identidades-consumo revestidas em pessoas tornadas invejáveis porque associadas como símbolo daquilo que apenas por ser comprado e possuído por alguém, a alça a uma falsa visibilidade e a uma posição de destaque social.

Pior do que isto, tal como denunciam de diferentes maneiras pessoas como Hugo Assmann, Viviane Forrester e, mais do que ninguém, Zygmunt Bauman, entramos em uma era que, se de um lado nos promete ser a “Era do Conhecimento” e de uma abertura do ser humano à aventuras de saber-e-descobrir inimagináveis, de outro lado gera e acumula pessoas, homens e mulheres, seres humanos descartáveis. Isto é, teoricamente ainda inscritos na agenda dos “direitos humanos”, mas social e realmente postos à margem porque deslocados para um limbo social dos que não conseguem estar solidamente empregados (sujeitos produtivos e produtores individuais ou coletivos descartáveis) e nem, por isso mesmo, conseguem ser pelo menos parceiros de escala mínima no mundo do mercado. Um mundo, vimos e veremos, erigido por seus defensores como a esfera mais ativamente real e, portanto, mais social e politicamente determinante de todas as outras de uma qualquer vida social.

Tantas vidas encurraladas, manietadas, torturadas, que se desfazem, tangentes a uma sociedade que se retrai. Entre esses despossuídos e seus contemporâneos ergue-se uma espécie de vidraça cada vez menos transparente. E como são cada vez menos vistos, como alguns os querem ainda mais apagados, riscados, escamoteados dessa sociedade, eles são chamados

excluídos. Mas, ao contrário, eles estão lá, apertados, encarcerados, incluídos até a medula! Eles são absorvidos, devorados, relegados para sempre, deportados, repudiados, banidos, submissos e decaídos, mas tão incômodos: uns chatos! Jamais completamente, não, jamais suficientemente expulsos! Incluídos, demasiado incluídos, e em descrédito⁶.

Centrada nas pessoas e na re-criação de relações solidárias e equitativamente recíprocas entre elas, a *economia da dívida* pretende inspirar gestos interpessoais e atos de valor social centrados numa verdadeira inversão dos desejos, dos imaginários e das ações. Estabelecer um sistema de vida em que o que existe na natureza e o que é produzido através do trabalho e criado por meio da imaginação de seres humanos, seja objeto do desejo livre da troca, da reciprocidade e do dom. Sentir um prazer maior em ser parte de uma corrente de pessoas ligadas entre elas não pelo que cada uma possui-como-seu, mas pelo que entre todas flui, passa, transita de uma para outra e entre vários parceiros de um circuito do fluir dos bens como dons que são de todos e não são de ninguém, contra a fixidez da posse permanente e da descartabilidade do possuído, quando considerado “fora de moda”, “ultrapassado” ou “inútil” (inclusive porque o desejo do consumido-possuidor está sempre centrado no que “ou outros têm e eu não possuo ainda”).

Dar-receber-retribuir. Transformar os bens-tornados-posse em um bem-tornado-dom. Partilhar com os outros o desejo de que o que se produz, consome e usa pode ser um componente a mais em uma teia de ações solidárias e recíprocas. Estender a idéia de *bem comum* a uma dimensão bastante mais ampla e mais qualificada do que pode alcançar sequer a nossa imaginação. Viver a experiência da comunidade de vida e destino, como um lugar que ao invés de apresentar-se impositivamente como um mercado de compra e venda, possa realizar-se como uma praça aberta de inter-trocas recíprocas. Um espaço de vida e partilha em que a interação viva e desejante entre pessoas seja tão essencial, que qualquer instrumentalização deste meu-outro e qualquer apropriação dele em meu proveito seja um pequeno ou mesmo grande ato de violência. Este poderia ser o momento em que o conhecido e tão pouco praticado livro de Martin Buber, *Eu e Tu*, ecoasse entre nós não como uma utopia irrealizável, mas como um projeto de vida possível e alcançável.

⁶. Viviane Forrester, *O horror econômico*, página 15. De igual maneira recomendo aqui a leitura dos livros de Zygmunt Bauman, um sociólogo polonês radicado na Inglaterra e com vários de seus livros traduzidos para o Português. Além de *Comunidade*, sugiro a leitura atenta de: *modernidade líquida*, *vidas líquidas* e *a sociedade individualizada – vidas contadas e histórias vividas*.

Uma idéia que nos vem do domínio da educação poderia ser lembrada aqui. Em um de seus livros, o educador francês Bernard Charlot recorre a um outro pensador para estabelecer uma diferença entre a informação, o conhecimento e o saber. Faço a minha leitura própria de suas idéias, e pode ser que esteja estendendo muito o que ele – e J.M. Monteil, em que fundamenta suas idéias aqui – poderia estar pretendendo afirmar sobre o sentido do saber.

Em seu livro *Da relação com o saber – elementos para uma teoria* Bernard Charlot trás de um texto de 1985, de J.M. Monteil, uma escala de diferenças importante aqui.

Uma primeira dimensão do que nós podemos aprender pode ser denominado de *informação*. E, na verdade, sobretudo depois dos poderes da internet, esta palavra ganhou uma centralidade inesperada e desproporcional, pois “estar bem informado” parece ser, para muitas pessoas, o ideal-limite do aprendizado. E uma grande parte de tendências atuais da própria educação escolar e não escolar (como num curso de computação, ou de aprendizagem de direção de automóveis) parece estabelecer a acumulação de informações adequadas como o eixo da própria aprendizagem escolar. Ela é, em uma dimensão instrumental, tudo o que parece que se necessita quando tudo o que se pretende é ser competentemente capacitado em algum tipo de habilidade ou de habilitação funcional.

A informação é um dado exterior ao sujeito, pode ser armazenada, estocada, inclusive em um banco de dados; está sob “a primazia da objetividade”, mas é uma informação de que o sujeito se apropria⁷

Para além da *informação*, o *conhecimento* está situado em uma outra esfera de aprendizagem e de cognição. Ele estende-se a uma atividade pessoal e coletiva mais complexa, pois o conhecimento realiza-se através de uma atividade subjetiva centrada no estudo, no esforço e, sobretudo, na reflexão pessoal de não apenas um sujeito-informado, mas um sujeito-aprendente. Um alguém que não apenas aprende o que informa e usa o que aprendeu como uma informação, mas pensa e que aprende e reflete o que integra em sua consciência como um novo conhecimento. Uma pessoa, enfim dotada de uma substância afetivo-cognitiva que realiza a passagem de uma pura e simples *aquisição de informações* para uma sempre crescente e transformável *integração de conhecimentos*.

7. Bernard Charlot, *Da relação com o saber*, página 61.

Em uma outra dimensão ainda mais complexa e humanamente interativa e solidária, para além do *conhecimento*, o *saber* provoca e fertiliza complexos de aprendizagens que ultrapassando a subjetividade - ausente na *informação* e presente no *conhecimento*, realiza-se através da intersubjetividade, ausente ou pouco importante e no *conhecimento*).

O saber é produzido pelo sujeito confrontado a outros sujeitos, é construído em “quadros metodológicos”. Pode, portanto, “entrar na ordem do objeto” e torna-se, então, um “produto comunicável”, uma “informação disponível para outrem”⁸.

Ora, entre a *informação*, o *conhecimento* e o *saber*, a experiência humana do ensinar-e-aprender salta de pacotes que se acumulam, objetiva e instrumentalmente, em e como estoques de informações da pessoa-informada, para “eixos e feixes” que pessoas-aprendentes e reflexivas partilham através de redes internas e socialmente interativas e co-participantes daquilo que se sabe, daquilo que se integra como sistemas instáveis e transformáveis de saberes, e daquilo que dialogicamente se troca, como relações entre pessoas e círculos de pessoas através de seus saberes.

Assim, podemos ousar pensar que a *informação* é o que nós acumulamos, o *conhecimento* é o que nós aprendemos, e o *saber* é o que nós e entre-nós, reciprocamente intercambiamos, trocamos, fazemos fluir não como uma posse (o conhecimento que eu possuo e é meu) mas como um dom. Como aquilo que eu partilho e continuamente faço fluir através de mim. Aprender a saber significa saber integrar-me em círculos cada vez mais amplos e diferenciados de “sabedores”. De pessoas não apenas informada ou instrumentalmente “sabidas”, mas pessoas realmente sábias, no sentido mais humano desta esquecida palavra. Pois elas sabem que o seu saber é algo vivo e existente nelas (ou “em mim”) sob a condição de fluir *por* e *entre* elas.

Economia do dom, economia solidária - em direção a outras maneiras de gerar bens e produzir

Que este tópico seja iniciado com uma passagem do livro de Hugo Assmann e Jung Mo Sung, já mencionado aqui. Eles lembram que sobretudo aqui no Ocidente (mas o que dizer da China de hoje em dia?) vivemos desde muitos anos aprisionados em uma visão de mundo e de sentido de vida humana atrelados

⁸. Bernard Charlot, op.cit, página 61

a paradigmas centrados em dualidades como competência X consciência; competição X cooperação, poder X partilha, exclusão X inclusão, posse X dádiva e outros mais, em que quase sempre, embora o segundo termo de cada par seja idealmente apresentado como um ideal inatingível, dada a própria “natureza humana”, é sempre o primeiro termo que se transforma em um valor. E, como tal, no seu conjunto valores que arquitetam um sistema de idéias, princípios e práticas que “na prática” devem formar e conformar o imaginário, a ética e a maneira-de-ser das pessoas – inclusive através da educação – para o exercício de uma vocação qualquer em um mundo em que a lógica do mercado associada à uma ética centrada no “sucesso na vida” tornam-se o lugar central da vida e o modo de vida viável e desejável neste mundo.

Todo o pensamento ocidental está atravessado por uma tendência ao predomínio da concepção dos seres humanos como fundamentalmente competitivos, concorrentes e virtualmente inimigos entre si. Esta definição do ser humano como predominantemente competitivo fez com que a dimensão social, isto é, o fato de estarmos sempre convivendo com outros seres humanos, não seja vista como algo que determina a nossa própria natureza ou, se quiserem, a “essência” do ser humano. É claro que não se alardeia explicitamente que se está defendendo a tese de que podemos viver como seres solidários ou indivíduos isolados. Semelhante tese saltaria logo à vista como bastante absurda, embora muita coisa no mundo dos valores ocidentais tenham precisamente como matriz básica a concepção do indivíduo autônomo, responsável isolado por seus pecados ou méritos. A tese que perpassa o pensamento ocidental é, junto com a do indivíduo isolado, a idéia de que esse indivíduo, na hora em que se encontrar com o seu semelhante, se transformará inevitavelmente em competidor e o simples fato de haver encontrado um outro que também é concebido como um competidor⁹

O que se propõe desta linha em diante, como uma outra convergente alternativa de uma economia centrada na pessoa e na reciprocidade, é uma realista inversão de nossa própria imagem construída por outros e entre eles manipulada, como atores sociais e autores de culturas regidos pelo individualismo,

⁹. Hugo Assmann e Jung Mo Sung, **Competência e sensibilidade solidária – educar para a esperança**, páginas 170 e 171.

pelo egoísmo, pela centralidade da vida em-si, pela competitividade e, em síntese, pela visão do meu-outro como um concorrente de meus atos ou um consumidor de meus produtos.

Podemos nos revestir de uma outra compreensão de nós-mesmos. Podemos pouco a pouco aprender a conviver uma outra ética e como outros valores em uma vida produtiva e empreendedora. Talvez poucas pessoas tenham ouvido falar em uma nova prática de produção, circulação e consumo de bens e de serviços, que sem muito alarde – pois ela caminha bem distante da “mídia” – difunde-se por todo o mundo. Falo da socioeconomia solidária.

E trago aqui uma quase-definição e proposta dela.

Na contracorrente do sistema e da ideologia dominantes, registra-se um importante e sólido movimento de construção de um mundo melhor (...). Entre as várias dimensões desse esforço coletivo internacional estão os elementos constitutivos de uma outra economia. Processos, instituições, valores, manifestações, etc. designados por nomes e conceitos diversos: socioeconomia solidária, economia popular solidária, economia do trabalho, empresas autogestionárias, novo cooperativismo, investimento ético, empresa social, redes de consumo solidário e outros tantos,. São fenômenos que correspondem, por um lado, a algo bem concreto (instituições formais, práticas sociais), por outro, a dimensões abstratas, como projetos. Valores, percepções, etc. que não correspondem à economia e práticas convencionais¹⁰.

Aquilo que pode parecer uma utopia irrealizável pode ser, sob outros olhos, um conjunto de idéias e de práticas costumeiras vividas ainda hoje entre os mais diferentes grupos e comunidades populares no Brasil e em praticamente todos os povos da Terra. Modos de vida e formas de circulação de bens e de serviços em que a obrigação de oferecer algo, de receber a oferta e de retribuí-la em um outro momento, sem que nesta trilogia de gestos do dom haja um evidente e prioritário interesse econômico, constituem ainda formas de relações entre pessoas através de bens, produtos e serviços, tanto em comunidades indígenas, quanto em comunidades populares. Na verdade, uma das reclamações mais usuais entre os seus sujeitos e praticantes é a perda dos “antigos costumes” face ao avanço e o ao domínio crescente e sistemas de intercâmbios que substituem o fluir do dom pelo possuir da posse, a troca entre pessoas através de produtos do trabalho pelo comércio entre mercadorias através das pessoas.

Em muitos lugares do mundo, pessoas, grupos de pessoas e redes entre grupos de pessoas dedicadas a uma forma alternativa de geração de trabalho e de

¹⁰. Idem, *ibidem*, pg. 11

produção de bens e de serviços têm criado as mais diversas experiências de pequenas instituições de trabalho cooperativo, de produção orgânica e solidária de alimentos e de outros bens da vida, de trocas solidárias de serviços. Nem todas as pessoas sabem, mas aqui no Brasil existe mesmo uma Secretaria Especial ligada à Presidência da República e dedicada à promoção e à difusão de alternativas de economia solidária. Em todo o mundo difundem-se pequenas, médias e até grandes empresas que adotam um sistema cooperativo de trabalho, gestão e produção. Há nações em que a maior parte das corporações de produção agrícola e industrial são pequenas, médias e grandes cooperativas e, não, empresas acionárias ou concentradas em poucos “donos”.

Por toda a parte multiplicam-se esforços destinados a criar pequenos espaços sociais de trabalhos autônomos, em que pessoas profissionalmente capacitadas e diferenciadas se unem para gerar as suas próprias alternativas de produtores-gestores dos frutos de seu próprio trabalho coletivo. Uma economia solidária centrada no ser de pessoas e, não, no ter do lucro, floresce entre nós sob as mais distintas experiências. A seu respeito existem já publicações, inclusive com o relato de inúmeras experiências bem sucedidas. Ninguém pretende enriquecer, seguindo as normas empresariais dos “grandes negócios”, através da prática da socioeconomia solidária. Ao contrário, sem em nada confundir-se com práticas caritativas, o que ela propõe é uma co-responsabilidade ativa e participante, capaz de gerar e socialmente expandir uma vida individual, familiar e comunitária fecunda, simples e recíproca, estendida a um número sempre maior de pessoas. Pessoas e grupos de pessoal que aprendam a substituir o trabalhar-e-consumir individualmente e em benefício de outros-eles, os concentradores do poder de compra e de gestão do trabalho, tanto quanto da circulação e venda dos produtos do trabalho, em direção ao trabalharem-e-consumirem solidariamente, em e entre círculos e circuitos de outros-nós, os cooperados igualitários e empoderados, como autores-atores de suas práticas produtivas e de consumo.

Podemos aprender segundo a trilha da socioeconomia solidária a re-criar no âmbito dos círculos sociais de nossas vidas cotidianas, novas e fecundas relações solidárias de partilha da vida. Podemos nos unir para gerar pequenas redes e unidades comunitárias de ação social e ambientalista. Podemos pensar em cooperativas de trabalho solidário entre pessoas cansadas de se submeterem a qualquer emprego. E mais: podemos criar redes de trocas comunitárias de serviços entre as pessoas e grupos e unidades sociais de produção e consumo solidário.

Afinal, porque despejar o pouco dinheiro que eu ganho em um supermercado, se eu posso descobrir como adquirir boa parte do que preciso entre

peessoas como eu, de meu próprio mundo, injetando com elas o meu dinheiro em nossa própria comunidade? Pequenas caixas solidárias de ajuda mútua, em que com o pouco que cada um pode aportar, reunimos o bastante para ajudar por algum tempo quem precisa de algum dinheiro extra.

Podemos, enfim, aprender a convivermos entre nós construindo e partilhando com outros as nossas próprias vidas e ousando imaginar e edificar entre nós os novos fundamentos de uma sociedade solidária. Uma comunidade humana que aprenda instaurar, aqui onde nós vivemos, a partir de nossas casas, nossas ruas, nossos bairros, o primado do valor de uso, como um da trocas de dons em lugar das vendas de bens. O lugar social do trabalho emancipado e a serviço de um desenvolvimento integral do ser humano.

Desenvolvo aqui algumas idéias de Marcos Arruda. Ela provém sobretudo de seu último livro de sua trilogia¹¹. Começo por lembrar que certa vez, quando alguém afirmou a ele que as idéias de uma *economia solidária* eram muito bonitas, muito humanizadoras, mas eram, como tantas outras alternativas de semelhante teor, algo “irreal”, algo “fora da realidade possível”, Marcos Arruda respondeu com uma pergunta. Não sei exatamente as suas exatas palavras, mas o teor de sua resposta foi este: “Mas, o que é real? O que é uma economia da realidade possível? É esta economia de mercado? Esta economia liberal-capitalista e globalizada? É uma economia que aos seres humanos transforma em mercadorias descartáveis, enquanto erige e capital e o lucro como sujeitos de seu horizonte de ações e propósitos?” .

Não seria mais muito mais real, realista, por ser justamente mais voltada a “humanizar o infra-humano”, uma outra economia? Uma economia fundada em uma gestão de bens, de serviços e de sentidos centrada de fato, e não apenas em vagas teorias, no primado da realização do ser humano em cada uma de suas pessoas e naquilo que chamamos “ a humanidade”? Na realização tão ampla e ampliável quanto possível da justiça da inclusão, da reciprocidade, da solidariedade? Enfim, uma gestão do trabalho e de seus frutos como algo de parte de relações humanas-humanizadoras e resposta pela criação de uma sociedade, de povos, de nações harmoniosas e, enfim, de uma humanidade pacificada entre pessoas e povos e também com relação à natureza?

¹¹. Podemos lembrar aqui quatro livros de uma grande relevância para o aprofundamento de todas estas idéias e proposta. Os dois primeiros são de Marcos Arruda e agora vale a pena lembrar seus nomes: *Humanizar o infra-humano – a formação do ser humano integral: Homo evolutivo, práxis e economia solidária* e *Tornar o real possível – a formação do ser humano integral; economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho*. Um outro livro bastante útil e fácil de ser lido é o *Introdução à economia solidária*, de Paul Singer.

Recordo uma outra lembrança também de Marcos Arruda, em uma pequena palestra dele durante um encontro na UNICAMP. Um encontro em que a proposta de *Felicidade Interna Bruta*, por oposição ao *Produto Interno Bruto*, nos foi apresentada por ele e outras pessoas, entre as quais dois representantes do Butão, uma nação da Ásia, nos sopés do Himalaia, que procura reverter os indicadores tradicionais da economia de mercado em favor de uma troca de perguntas. A questão essencial deixa de ser: “quanto estamos produzindo e exportando, e qual é o nosso PIB?” E ela passa a ser: “o que estamos produzindo está de fato representando em termos de qualidade de vida e sentimento de realização para as pessoas que aqui vivem?”

Marcos Arruda lembrou naquele momento que em suas origens, a *economia* era uma palavra grega que significava a gestão dos bens comuns. A gestão dos bens e serviços de uma família, de uma comunidade, de uma cidade. A palavra dada à gestão dos negócios com vistas ao lucro era: *crematística*. Ao longo de uma história recente invertemos completamente o sentido original destas duas palavras. No linguajar de economistas defensores do sistema econômico dominantes e da *mídia* que difunde as suas premissas, ou que se exime de seus danos (como a atual “crise econômica”) o conceito *economia* passou a significar a ciência e a prática devotadas ao lucro, à acumulação do capital. Enfim, a todo o jogo de poderes e de interesses que controlam as relações humanas em sua essência, mas desumanizadas em sua prática, de trabalho, produção, circulação e consumo de bens.

Ao propor “uma outra economia”, Marcos Arruda soma-se a tantas outras pessoas em todo o mundo que simplesmente clamam por reverter todo o acontecer da economia e, ao seu lado, da vida das pessoas, povos e nações. Aspiram recolocar o ser humano, sua vida real, seus atos e ofícios, suas relações com elas próprias, com os seus outros, com suas coletividades, de seu mundo, como o centro e o eixo de toda a vida política, econômica, social, enfim. Um ser humano em nada abstrato, mas pensado e vivido em sua absoluta concretude e integridade. Um “ser humano integral”, de acordo com palavras que Marcos Arruda toma emprestadas de outros antigos e recentes autores, e que repete sem cessar em seus livros. É um ser não apenas “integral”, num sentido estático e etéreo de realização humana possível e presente. Ao contrário, uma integridade dinâmica, no sentido de que a vocação do ser humano é partir do tempo-espço em que está situado, e do como é, pensa e vive agora, para a partir daí, alçar o seu vôo e superar-se, em um alargar fronteiras humanizadoras em todos os campos e planos da vida pessoal, familiar e coletiva.

É a este transcender-se como um sujeito individual e coletivo, e um criador solidário de sua vida, de seu poder de viver, pensar, conviver, criar e transformar seu destino e a sua própria vida, que Marcos Arruda tomará como a própria substância de um processo genético, cultura e histórico da trajetória do “homo” em seu próprio processo de humanização, ou, se quisermos, de hominização. E a este estar-sair-de si para ir-se além de si-mesmo, ele denominará de: “mais-ser”, lembrando uma das expressões caras ao padre, paleontólogo e pensador francês, Pierre Teilhard de Chardin, cuja obra foi essencial no pensamento de gerações estudiosos e ativistas humanistas a partir do final dos anos cinquenta¹². Dou a ele (Marcos) a palavra.

A radicalidade econômica: não se trata apenas do desenvolvimento físico ou material da pessoa e da comunidade, mas do seu desenvolvimento integral. Trata-se de empoderar-se para a gestão e o cuidado de cada uma e de todas as casas em que habitamos nesta existência terrena. Trata-se de gerir o desenvolvimento de todos os sentidos – físicos, mentais, psíquicos e espirituais, de todos os talentos, atributos e qualidades que possuímos e que nos foram cedidos pela vida. Daí o termo « autodesenvolvimento integral », e as noções de desenvolvimento e educação « omnilateral e omnidimensional ». O objetivo último da atividade econômica não é o bem-estar, mas o mais-ser (Teilhard). O bem-estar pode ser condição para o mais-ser, mas este não termina naquele, apenas começa. O mais-ser dá sentido, ultrapassa e transcende o bem-estar. O bem-estar tem a ver com a satisfação das necessidades e desejos. O mais-ser tem a ver com a contínua insatisfação pelo que já sou e no impulso permanente de ir sempre mais além de onde já cheguei. Organizar a economia em função do mais-ser é tarefa tanto da sociedade civil quanto do Estado. Implica adotar metas não apenas econômicas mas, em primeiro lugar, sociais, orientar as primeiras em função das segundas, e adotar estratégias político-econômicas capazes de cumpri-las. Implica colocar a mulher e os valores do Feminino em lugar central na nova organização socioeconômica. Implica resgatar o sentido profundo do dinheiro como símbolo do trabalho, saber e criatividade dos trabalhadores manuais e intelectuais, e como simples meio de troca de bens e serviços. Implica reconstruir

¹² Teilhard de Chardin possui vários livros traduzidos para o Português. O mais importante e lido é *O fenômeno humano*, da Editora Cultrix. Uma síntese oportuna de suas idéias pode ser encontrada em *O pensamento vivo de Teilhard de Chardin*, organizado pelo mesmo tradutor de *O fenômeno humano*, José Luiz Archanjo, e editado pela Martins Clarret. Na bibliografia de seus livros Marcos Arruda arrola uma relevante relação de livros de Teilhard de Chardin. Frei Betto dedicou a ele um livro *A sinfonia Pastoral*, da Editora Ática.

a arquitetura financeira do país e do mundo a serviço da produção e distribuição de produtos necessários e suficientes, afastando a economia da especulação, dos excessos e do desperdício. Implica planejar de o desenvolvimento econômico e tecnológico em função dos desafios relativos ao desenvolvimento social e humano, promovendo o envolvimento das comunidades locais e das várias instâncias e setores na ação de planejar e de implementar o desenvolvimento. Implica subordinar as instituições e as políticas de governo ao projeto democrático e participativo de desenvolvimento local, nacional e global. Implica dotar a sociedade de instituições democráticas de governança nacional e global¹³.

Uma outra dimensão de uma *socioeconomia solidária*, tal como proposta aqui, conduz-nos a uma co-responsabilidade que tendo as suas raízes nas relações entre pessoas e em grupos humanos, estende-se a um complexo de interações com a natureza. Para além de um simples e “técnico” desenvolvimento sustentável, o desafio ao humano é o estabelecimento de uma forma totalmente nova de gerar bens e produzir recursos em comunhão com a natureza. Um estender sensibilidades, saberes e valores fundados na reciprocidade e no amor, a todo o mundo de vida e de geração natural da vida, de que somos parte. Deixar de lidar com o meio ambiente como se fôssemos, os seres humanos, senhores do mundo e aprender a sermos irmãos do universo. Seres que aprendam que podemos reduzir o nosso desejo e o nosso poder de nos apropriarmos dos recursos naturais do planeta a uma escala não apenas quantitativamente diversa, mas qualitativamente diferente daquela com que trabalha – e nos faz pensar que é a única “real e viável – a economia de mercado. Ao reforçar com suas palavras a crítica que partilha com tantos outros pensadores e praticantes de “uma outra economia” – para a qual ele não teme utilizar a expressão “economia amorosa”, Marcos Arruda sumariza assim algumas iniciativas da *socioeconomia solidária*.

O processo de construção de uma economia amorosa está intimamente conectado com o meio ambiente em que se desenvolve.

(...)

Pois é dentro e a partir (de uma) economia desumanizadora que milhões de pessoas pelo mundo afora estão construindo uma outra economia, uma economia reformista e revolucionária ao

¹³. Marcos Arruda, *Educação para uma economia do amor – a formação do ser humano integral – educação da práxis e economia solidária*. Usei aqui uma transcrição de texto enviado pelo autor antes de o livro ter sido publicado.

mesmo tempo. Como? Denunciando as desigualdades e seus fatores determinantes. Pressionando os centros de poder por reformas que melhorem a governança das instituições e a eficácia e a qualidade social e humana das políticas públicas. Inaugurando estilos de vida e de consumo nos quais predomina a busca do suficiente, a lógica da abundância compartilhada e o respeito ao meio natural. Criando modos de produção voltados para as necessidades humanas, e não para a acumulação de lucros, organizados de forma autogestionária, cujos empreendimentos são propriedade dos que neles trabalham. Transformando as relações de mercado em relações em que os parceiros desejam e realizam trocas solidárias, nas quais ambos os lados são ganhadores. Desenvolvendo sistemas de poupança e crédito autogestionários e solidários capazes de financiar pessoas e empreendimentos que jamais tiveram ou teriam acesso ao crédito dos bancos comerciais e até dos governos. Criando novas moedas e dando a elas a função de símbolos explícitos do trabalho e da vida dos que criaram os produtos, e de mediadoras das trocas¹⁴.

O que importa aqui é perceber que a cooperação, a solidariedade cada vez mais consciente, a aceitação e o respeito ao outro na sua diversidade, estiveram presentes como fatores determinantes da emergência do homo. Foram estes fatores que fizeram da sociabilização um processo de criação de uma intimidade de interações individuais recorrentes em que se desenvolvem a personalização de cada um e, ao mesmo tempo, as coordenações condutuais cooperativas que se nutrem de colaboração, partilha e amor mútuos.

Decorre disso que a evolução ascendente teve no homo dois componentes essenciais: a individuação, que, na perspectiva do desenvolvimento de todos os potenciais presentes no indivíduo, chamamos de personalização¹⁵ e, simultaneamente, a socialização. Poderíamos intuir, ou talvez mesmo deduzir disso, que fatores de desagregação como o

¹⁴ *Educação para uma economia do amor – a formação do ser humano integral – educação da práxis e economia solidária.* Para tornar o texto mais inteligível substituí a palavra original “desta” por “de uma”, colocada entre parênteses.

¹⁵ “A feminização das relações sociais se caracterizará, sem dúvida, na nossa época, pela passagem do indivíduo à pessoa, com todas as suas conseqüências para a política, a economia e a cultura” (...) Esta passagem consiste numa, “(...) relação especificamente nova, vivida até aqui raramente, em comunidades em que cada um só se sente existir plenamente e pessoalmente através da relação com o outro excluindo todo constrangimento, toda hierarquia, toda dominação, toda lei exterior a esta relação, que é uma relação de amor, de serviço e de gratuidade” (Garaudy, 1981: 167-168).

egoísmo e a competição irrefreada entre os egos, fundada num interesse individual que ignora seus vínculos com o outro a ponto de opor-se agressivamente a ele, são na verdade freios ou bloqueios ao prosseguimento ascendente da evolução ou, levados ao extremo, se constituem em fatores de involução¹⁶ da espécie humana. Conforme argumentaremos adiante, uma involução é possível justamente porque, com a evolução da consciência no homo, ele se torna responsável pela sua própria evolução e desenvolvimento ontológico e histórico; a liberdade que lhe confere a consciência reflexiva permite que ele escolha avançar, parar ou retroceder. “O processo que leva a nós como o elo crucial no círculo da consciência evolutiva (coerência ordenada em processo de evoluir) talvez afinal não seja a que sobreviverá (...) Se nossa existência levar a uma maior e superior coerência ordenada dentro do universo, teremos êxito enquanto espécie; se não, teremos fracassado” (Zohar, 1991: 212). Neste contexto de incerteza – o único realista e pragmático –, nossa argumentação por uma socioeconomia solidária, por um desenvolvimento integral e autogestionário de nós como pessoas e coletividades e das nossas respectivas consciências, e por uma educação desalienadora e emancipadora tem por objetivo sobretudo reforçar as probabilidades de êxito, que residem em cada um de nós e na Espécie, lado a lado com um número ilimitado de probabilidades de fracasso..

Evoquemos Guattari e Rolnik (1999: 15-16), referindo-se aos modos de produção ‘capitalísticos’¹⁷ que atuam não somente no registro dos valores de troca, “valores que são da ordem do capital, das semióticas monetárias ou dos modos de financiamento. Eles funcionam também através de um modo de controle da subjetivação, que eu chamaria de ‘cultura da equivalência’ ou de ‘sistemas de equivalência na esfera da cultura’”. Na sua essência, sua afirmação é de que “o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva.” A alienação não é outra coisa. Rompendo conosco mesmos enquanto centros ontológicos (subjetivo e objetivo), só nos resta pensar com a cabeça alheia, subordinar-nos ao pensamento e até aos desejos alheios. Perdemos nossa singularidade. Ganhamos o status de numeral, valemos apenas

¹⁶ No sentido de movimento para trás, de perda de atributos mais evoluídos e mais complexos.

¹⁷ Guattari usa este neologismo para incluir as elites do Segundo e Terceiro Mundos “que vivem numa espécie de dependência e contradependência do capitalismo [dos países centrais]. Tais sociedades (...) em nada se diferenciariam do ponto de vista do modo de produção da subjetividade. Elas funcionariam segundo uma mesma cartografia do desejo no campo social, uma mesma economia libidinal-política” (1999: 15, nota 1).

como mais um ou uma no seio da massa informe de automáticos consumidores, de submissos trabalhadores, de acrícos pagadores de impostos.

Dessa maneira, obtemos três resultados importantes; primeiro, o ser humano, tomado como uma integralidade orgânica, é orientado a aprofundar sempre mais esta integração formadora de uma personalidade unificada e única (personalização); segundo, a realidade natural, social e histórica é vista e apreendida como unidade da diversidade, isto é, na sua concretude; e, terceiro, em vista disto, o ser humano é educado para aceitar o Outro como parte indispensável do seu próprio mundo, a acolhê-lo como diversidade e a buscar, via contradição, conflito e superação, construir pontes, conexões conscientes, vantagens cooperativas, laços colaborativos e complementaridade (socialização).

Socialização é certamente um processo muito mais complexo do que apresentei aqui, tanto do ponto de vista psicológico, socioeconômico e político. Trabalhei-o sob estes vários ângulos nos outros volumes da trilogia. Do ponto de vista econômico, vale enfatizar uma vez mais que o trabalho é um fator primordial de socialização, e a alienação do trabalho tem o devastador efeito de alienar-nos do Outro e da sociedade, reificar-nos, objetivizar-nos – negar nossa subjetividade e nossa unicidade. A desalienação ou emancipação do trabalho, por sua vez, tem o poder de reintegrar-nos com o Outro e com a sociedade, o que ocorre em estreita associação com a nossa reintegração – ou re- ligação – com nós próprios. Socialização significa aprender a viver juntos no mesmo espaço, tornar social aquilo que deve ser compartilhado, buscar o bem estar e o desenvolvimento sempre ulterior do metassistema – o Corpo Coletivo da Humanidade – do qual cada um de nós é um sistema. Do ponto de vista do grande barco que nos hospeda para esta imensa viagem pelo espaço sideral, socializar é a única opção racional. A Educação da Práxis envolve a aprendizagem da socialização, sincrônica e coerente com a personalização.

Referências bibliográficas

ARCANJO, José Luiz

O pensamento vivo de Teilhard de Chardin

São Paulo, Martin Claret Editores, 1988

ARENDT, Hannah

A condição humana

Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2005

ARRUDA, Marcos

Humanizar o infra-humano- a formação do ser humano integral: homo evolutvo, práxis e economia solidária

Petrópolis, Editora VOZES, 2003

ARRUDA, Marcos

Tornar o real possível – a formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho

Petrópolis, Editora VOZES, 2006

ASSMANN, Hugo e SUNG, Mo Sung

Competência e sensibilidade solidária – educar para a esperança

Petrópolis, Editora VOZES,

BAUMAN, Zygmund

Comunidade – a busca por segurança no mundo atual

Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2003

BAUMAN, Zygmund

Modernidade Líquida

Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001

BAUMAN, Zygmund

A sociedade individualizada - vidas contadas e histórias vividas

Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2008

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas

A construção social da realidade

Petrópolis, Editora Vozes, 2004

BETTO, frei

Sinfonia universal

São Paulo, Editora Ática, 1997

BRANDÃO, Carlos Rodrigues

A canção das sete cores – educando para a paz

São Paulo, Editora Contexto, 2005

BRANDÃO, Carlos Rodrigues

Aprender o amor – sobre um afeto que se aprende a viver

Campinas, Papyrus Editora, 2005

BUBER, Martin

Eu e Tu

São Paulo, Editora Moraes, Sem indicação de data

CAILLÉ, Alain

Antropologia do dom

Petrópolis, Editora Vozes, 2002

COHEN, Abner

O homem bidimensional – antropologia do poder e do simbolismo em sociedades complexas

Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1978

ELIAS, Norbert

A sociedade dos indivíduos

Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1994

FREIRE, Paulo

Pedagogia do oprimido

Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005 (42ª edição)

GADOTTI, Moacir

Pedagogia da terra

São Paulo, Editora Peirópolis, 2001

GEERTZ, Clifford

A interpretação das culturas

Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989

GODELIER, Maurice

O enigma do dom

Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2001

LAVILLE, Jean-Louis e CATTANI, Antônio David

dictionnaire de l'autre économie

Paris, Gallimard, 2006

LÉVINAS, Emmanuel

Entre nós – ensaios sobre a alteridade

Petrópolis, Editora VOZES, 1984

MAFFEZOLI, Michel

A transfiguração do político – a tribalização do mundo

1997, Editora Sulina, Porto Alegre

MARX, Karl

Manuscritos econômicos e filosóficos

São Paulo, Editora Martins Claret, 2002,

MATURANA, Humberto e REZEPPKA, Sima Nisis

Formação humana e capacitação

Petrópolis, Editora Vozes, 2000

MATURANA, Humberto e VARELA, Francisco

A árvore do conhecimento

Campinas, Editorial Psy, 1995

MATURANA, Humberto

Emoções e linguagem na política e na educação

Belo Horizonte, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 1999,

MAUSS, Marcel

Sociologia e antropologia

São Paulo, Cosac e Naify, 2003

MOSCOVICI, Serge

Sociedade contra a natureza

Petrópolis, Editora Vozes, 1975

TEILHARD DE CHARDIN, Pierre

O fenômeno humano

São Paulo, Editora Cultrix, 1994

CATTANI, Antônio David et all

A Outra economia

Porto Alegre, VERAZ Editores, 2003

SINGER, Paul

Introdução à economia solidária

STRECK, Danilo, REDIN, Euclides e ZITKOSKI, Jaime José

Dicionário Paulo Freire

Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2008

TOURAINE, Alain

Poderemos viver juntos? – iguais e diferentes

Editora Vozes, Petrópolis, 1999

Assmann, Hugo

Reencantar a Educação

1998, VOZES, Petrópolis

Bateson, Gregory

Pasos hacia una ecología de la mente

1976, Ed. Lohlé, B. Aires

Bergson, Henri

A Evolução Criadora

1964, Coleção Prêmios Nobel de Literatura, Editora Delta

Carneiro Leão, Emmanuel

Aprendendo a Pensar

1991, VOZES, Petrópolis

Charlot, Bernard

Du Rapport au Savoir

1997, Economica, Paris

Marco Aurélio

Meditações

2001, Martin Claret, São Paulo

Tolstoi, Leon

Calendário de Sabedoria

1998,

Watts, Allan S

A Arte da Felicidade

1995, Pensamento, São Paulo

ARRUDA, Marcos

Tornar o real possível

Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2006

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita

Cidadania ativa –referendo, plebiscito e iniciativa popular

BOFF, Leonardo

Ecologia, mundialização, espiritualidade

São Paulo, Editora Ática, 1993

BOFF, Leonardo e ARRUDA, Marcos

Globalização: desafios socioeconômicos éticos e educativos

Petrópolis, Editora Vozes, 2000

BUBER, Martin

Eu e Tu

São Paulo, Editora São Paulo,s/d

BURCH, Marc A

Simplicidade – idéias, exemplos e exercícios para conquistar uma prosperidade inimaginável

São Paulo, Editora Ecultrix, 2001

ELGIN, Duane

Simplicidade voluntária

São Paulo, Editora Cultrix, 1998

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira

Medo e ousadia – o cotidiano do professor

Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986

FROMM, Erich

Ser ou ter?

Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, 1987

GADOTTI, Moacir

Pedagogia da Terra

São Paulo, Editorada Fundação Peirópolis, 2000

LISPECTOR, Clarisse

Aprendendo a viver

Rio de Janeiro, Editora Rocco, 2004

HOSEINI, Khaled

O caçador de pipas

Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2005

MAFFEZOLI, Michel

A transformação do político – a tribalização do mundo

Porto Alegre, Editora Sulina, 1997

MARTINS, José de Souza

sociabilidade do homem simples

São Paulo, Editora HUCITEC, 2000

MATURANA, Humberto e REZEPKA, Sima Nisis de

Formação humana e capacitação

Petrópolis, Editora Vozes, 2002

MATURANA, Humberto e VARELLA, Francisco

A árvore do conhecimento

Campinas, Editora Psy, 1995

MOUNIER, Emmanuel

O personalismo

São Paulo, /editora Centauro, 2004

SANTOS, Boaventura de Souza

Pelas mãos de Alice

São Paulo, Editora Cortez, 1995

SANTOS, Boaventura de Souza

A crítica da razão indolente – para um novo senso comum - contra o desperdício da experiência

São Paulo, Cortez /editora, 2001

SINGER, Paul

Introdução à economia solidária

São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2002

SUNG, Jung Mo

Sujeito e sociedades complexas

Petrópolis, Editora Vozes, 2002

BRANDAO, Carlos Rodrigues
O que é o método Paulo Freire
Editora Brasiliense, São Paulo, 1981

BRANDÃO, Carlos Rodrigues
Paulo Freire – o menino que lia o mundo
Editora da UNESP, São Paulo, (COMPLETAR)

HUNTER, James
Como se tornar um líder servidor – os princípios de liderança de O monge e o executivo
Editora Sextante, Rio de Janeiro, 2006

LIMA, Lauro de Oliveira

MILLS, Theodore
Sociologia dos pequenos grupos
Livraria pioneira Editora, São Paulo, 1970